

HABEAS CORPUS Nº 467.999 - SP (2018/0230814-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER PAULO DA SILVA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDER PAULO DA SILVA SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deu provimento ao agravo de execução penal do Ministério Público, para alterar a data-base para concessão de novos benefícios da execução.

A impetrante requer, em liminar, a suspensão dos efeitos do referido acórdão e, no mérito, a sua reforma por estar em dissonância com os Enunciados n. 441 e 535 da Súmula desta Corte, os quais assim dispõem, respectivamente:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

O o pedido de liminar foi deferido às fls. 19/20 para "*suspender os efeitos do acórdão impugnado e restabelecer, até o julgamento do mérito do presente writ, a decisão do Juízo das execuções*".

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, nos termos da seguinte ementa:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS . EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. REFORMA DE DECISÃO QUE DETERMINOU A INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, COMUTAÇÃO DA PENA E INDULTO. PROCEDÊNCIA. INTERRUÇÃO DO PRAZO SOMENTE PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL (ARTIGO 112 DA LEP E SÚMULA 534/STJ). LEGALIDADE. PRECEDENTES/STJ. PARECER PELA CONCESSÃO

DA ORDEM. (fl. 28)

É o relatório.

Decido.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, na presente impetração, que seja afastada a alteração da data-base para fins de obtenção do livramento condicional, indulto e comutação de pena.

O Magistrado das Execuções, ao reconhecer a prática de falta grave pelo paciente, deixou de considerar como termo inicial para fins de livramento condicional, comutação e indulto a data da referida falta.

O Tribunal *a quo*, todavia, deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público para reconhecer que a falta grave interrompe a contagem do lapso para concessão de novos benefícios da execução, incluindo o livramento condicional o indulto e a comutação da pena, assim consignando:

[...]

2. O recurso comporta acolhimento, sendo de rigor a retificação do cálculo das penas, adotando-se a data da falta como termo inicial para recontagem do lapso aquisitivo à vista de futuros benefícios, inclusive quanto ao livramento condicional, à comutação de penas e ao indulto.

Saliente-se que perfilar entendimento diverso ofenderia os preceitos constitucionais da isonomia e da individualização da pena, pois os sentenciados disciplinados receberiam o mesmo tratamento conferido aos reeducandos rebeldes; ou seja, todos fariam jus às mesmas benesses, nas mesmas épocas, nada importando a qualidade de seu comportamento no curso da execução da pena.

Ressalte-se que as Súmulas nºs 441 e 535 (estabelecendo que o deslize disciplinar não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional e de comutação de penas/indulto, respectivamente), ambas do Colendo Superior Tribunal de Justiça, não têm eficácia vinculante e não se impõem.

[...]

3. Nestas condições, meu voto dá provimento ao agravo ministerial para determinar a retificação do cálculo das penas, adotando-se a data da falta como termo inicial para recontagem do lapso aquisitivo à vista de futuros benefícios, inclusive no que concerne ao livramento condicional, à comutação de penas e ao indulto. (fls. 12/14)

Quanto ao tema, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 1.176.486/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, uniformizou o entendimento de que a falta disciplinar de natureza grave resulta na alteração da data base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena. Eis a ementa do julgado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, ENTRE ELES A PROGRESSÃO DE REGIME, EXCETO LIVRAMENTO CONDICIONAL E COMUTAÇÃO DAS PENAS. PRECEDENTES DO STJ E STF. EMBARGOS PROVIDOS PARA ASSENTAR QUE A PRÁTICA DE FALTA GRAVE REPRESENTA MARCO INTERRUPTIVO PARA OBTENÇÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL.

1. O cometimento de falta grave pelo sentenciado no curso da execução da pena, nos termos do art. 127 da Lei 7.210/84, implica a perda integral dos dias remidos pelo trabalho, além de nova fixação da data-base para concessão de benefícios, exceto livramento condicional e comutação da pena; se assim não fosse, ao custodiado em regime fechado que comete falta grave não se aplicaria sanção em decorrência dessa, o que seria um estímulo ao cometimento de infrações no decorrer da execução.

2. Referido entendimento não traduz ofensa aos princípios do direito adquirido, da coisa julgada, da individualização da pena ou da dignidade da pessoa humana. Precedentes do STF e do STJ.

3. Para reforçar esse posicionamento, foi editada a Súmula Vinculante 09/STF, segundo a qual o disposto no artigo 127 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

4. Entender de forma diversa, como bem asseverou o eminente Ministro CARLOS AYRES BRITTO, quando do julgamento do HC 85.141/SP, implicaria tornar despidas de sanção as hipóteses de faltas graves cometidas por sentenciados que já estivessem cumprindo a pena em regime fechado. De modo que não seria possível a regressão no regime (sabido que o fechado já é o mais severo) nem seria reiniciada a contagem do prazo de 1/6. Conduzindo ao absurdo de o condenado, imediatamente após sua recaptura, tornar a pleitear a progressão

prisional com apoio em um suposto bom comportamento (DJU 12.05.2006).

5. *Embargos providos para assentar que a prática de falta grave representa marco interruptivo para obtenção de progressão de regime prisional (EREsp 1176486/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 01/06/2012).*

Cumprе ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça editou os Enunciados Sumulares nºs. 441 e 535, pelos quais a falta grave não interrompe o prazo para a concessão do livramento condicional, comutação de pena ou indulto, por ausência de previsão legal. respectivamente:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções, confirmando a liminar deferida.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator